

Populações tradicionais, camponeses e trabalhadores rurais sem-terra: diálogos, trajetórias e mudanças*

*Angelo Priori***

Resumo. O objetivo deste artigo é comentar os textos que compõem a Mesa Redonda “Populações tradicionais, camponeses e trabalhadores rurais sem-terra”, que a Revista Díálogos publica nesta edição. Estes comentários têm duas funções: estimular o público acadêmico a realizar a leitura dos textos, destacando a relevância do tema e o enfoque proposto pelos autores e adicionar um ou outro ponto sobre o assunto, sugerindo caminhos e possibilidades para futuras pesquisas.

Palavras-chave: Populações tradicionais; Camponeses; Sem-terras; Memória; Identidade.

Popular traditions, farmers and landless: dialogues, trajectories and changes

Abstract. Current article is a commentary on the texts that form the Round Table “Popular traditions, farmers and landless: dialogues, trajectories and changes” published in this edition by *Diálogos*. Commentaries have two aims: to stimulate scholars to read the texts and evaluate the importance of the theme coupled to the author’s approach, and supplementing the subject matter with suggestions on possibilities for future research work.

Keywords: Popular traditions; Landless peasants; Memory; Identity.

* Artigo recebido em 20/04/2013. Aprovado em 29/04/2013. Pesquisa financiada pela Fundação Araucária/PR.

** Professor do Programa de Pós-graduação em História da UEM, Maringá/PR, Brasil. E-mail: angelopriori@uem.br.

Poblaciones tradicionales, campesinos y trabajadores rurales sin tierra: diálogos, trayectorias y cambios

Resumen. El objetivo de este artículo es comentar los textos que integran la Mesa Redonda “Poblaciones tradicionales, campesinos y trabajadores rurales sin tierra”, que la Revista Diálogos publica en esta edición. Estos comentarios tienen dos funciones: por un lado, estimular al público académico a realizar la lectura de los textos, llamando la atención sobre la relevancia del tema y del enfoque propuesto por los autores; por el otro, agregar otros puntos sobre el asunto, sugiriendo caminos y posibilidades para investigaciones futuras.

Palabras Clave: Poblaciones tradicionales; Campesinos; Sin Tierra; Memoria; Identidad.

Como editor da Revista Diálogos, decidi reunir os textos de Hélio Sochodolak e Regiane Maneira, de Antônio Paulo Benatte, José Adilçon Campigoto e Josimar Nascimento e de Davi Félix Schreiner e publicá-los na seção Mesa Redonda deste número. Os autores trazem importantes contribuições para se conhecer um pouco da história rural do Estado do Paraná e os dilemas, tradicionais e atuais, da vida dos homens e mulheres do campo. Como pesquisador da história rural, tomei a liberdade de tecer alguns comentários sobre os textos. Esses comentários têm duas funções: estimular o público acadêmico a realizar a leitura dos textos, destacando a relevância do tema e o enfoque proposto pelos autores e adicionar um ou outro ponto sobre o assunto, sugerindo caminhos e possibilidades para futuras pesquisas.

No primeiro texto, de Hélio Sochodolak e Regiane Maneira, os autores analisam uma comunidade de camponeses, conhecidos como faxinalenses, em que revelam a força de suas culturas tradicionais. Para isto, debruçam sobre dois eventos, um ambiental e outro sanitário, que tiveram grande repercussão na vida daquela comunidade. Trata-se de uma invasão de gafanhotos e da proliferação da peste suína, eventos estes que geraram prejuízos inestimáveis

aos homens e às mulheres do campo da cidade de Irati, localizada na região Centro-Sul do Estado do Paraná.

Os faxinalenses também são objeto de investigação de Antônio Paulo Benatte, José Adilçom Campigoto e Josimar Nascimento, cujo enfoque centra-se no que denominamos de “história cultural”, ao analisar os conhecimentos tradicionais adquiridos ao longo do tempo por aquela população em relação à cura de doenças, intoxicação alimentar e envenenamento por herbicidas ou picadas de animais peçonhentos. Esse tipo de “cura” envolve a utilização de vegetais da própria natureza (remédios caseiros), aliados à prática religiosa: o benzimento, as “rezas” e a devoção aos santos ganham força inestimável na prática de um saber tradicional (“saber dominado” como enfatizam os autores).

O texto de Davi Félix Schreiner é uma contribuição importante para a história social do campo. Ao analisar as experiências dos camponeses nos assentamentos, coloca-nos questões atuais para o futuro da reforma agrária, da agricultura e do desenvolvimento sustentável do país. Ressalta-se aqui a constante luta desses homens do campo em aliar saberes e conhecimentos tradicionais com as novas tecnologias e formas de organização. As mudanças recentes trazem consigo persistências antigas.

Metodologicamente, os três textos buscam se respaldar nos depoimentos orais, sejam eles realizados em formas de entrevistas ou de relatos e experiências de vidas. Ao recuperar essas “memórias”, os autores se esforçam para que suas explicações não se apresentem superficiais e/ou infundadas. Verifica-se um esforço contínuo no sentido de explicar, dentro dos limites de suas fontes, a totalidade de seu objeto de investigação histórica. Mas a memória é traiçoeira e suscetível aos esquecimentos e às manipulações. Afinal, o tempo e as experiências podem modificar as lembranças dos indivíduos, podendo deformar as recordações passadas, tornando-as, como lembra Pierre Nora (1993), inconsciente de suas deformações, vulnerável a

toda utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de súbitas revitalizações.

A memória, enquanto representação da experiência vivida, pode se modificar ao longo do tempo, pois as lembranças individuais e coletivas são influenciadas pelas experiências de vida (boas ou ruins). Assim, as informações advindas da memória não são representações reais do passado, mas construções individuais conforme a importância atribuída aos fatos narrados. Por isso, alguns acontecimentos são esquecidos, suprimidos ou simplesmente manipulados por não serem importantes para aqueles que vivenciaram o momento histórico. É justamente por essa representação um tanto falha do passado que a história deve caminhar ao lado da memória, a fim de esclarecê-la. Nesse sentido, para a pesquisa histórica é sempre necessário o diálogo entre a Memória e a História: “a primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivo desta relação nunca acabada entre o presente e o passado; (...) a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros” (LE GOFF, 1992, p. 29). Para Le Goff, há dois tipos de histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. Considerando a vulnerabilidade da memória, cabe ao historiador, comprometido com a verdade histórica (lembrando que esta está sempre em construção), estar atento às informações dadas pela memória, a fim de esclarecê-la e corrigi-la de seus possíveis erros.

Apesar de suas limitações, Le Goff também enfatiza que a memória constitui o vivo entre o presente e o passado, sendo, dessa forma, um importante instrumento para termos contato com as experiências daqueles que viveram e presenciaram os acontecimentos passados. No entanto, o historiador não pode ser ingênuo (o que não é o caso dos nossos historiadores em tela) e aceitar as recordações como representações reais do passado, mas estabelecer o diálogo entre a história e a memória, a fim de que a primeira possa corrigir as deformações advindas da segunda.

Quando utilizamos como fonte histórica as memórias individuais devemos ter a clareza de que elas não se tratam de um retrato fiel da realidade e de que são construções, realizadas a partir das experiências pessoais e das influências das memórias coletivas. Essa memória individual pode ser diferente e, muitas vezes, se contrapor à memória coletiva. Por isso, Alistair Thomson sugere que é importante considerar as “várias camadas da memória individual e a pluralidade de versões sobre o passado fornecidas por diferentes narradores” (1997, p. 51). Ao invés de tentar eliminar as tendências e fantasias, devemos nos preocupar “com as razões pelas quais as pessoas constroem suas memórias de modo específico” e “explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva” (THOMSON, 1997, p. 51).

Thomson realizou uma série de entrevistas com veteranos da Grande Guerra de 1914-1918, pertencentes à classe trabalhadora australiana. Os soldados australianos deste conflito, denominados *Anzacs* ou *diggers*, são considerados os formadores da nacionalidade australiana. Suas realizações durante a guerra constituíram uma lenda nacional na Austrália, lembrada em comemorações, histórias e filmes. Através das entrevistas que realizou, o autor percebeu que havia muitos contrastes entre as experiências vividas por esses soldados e a história transmitida pela lenda, vindo a desenvolver um modelo de trabalho sobre as memórias e sobre a relação entre as lendas conhecidas e a memória pessoal. A partir dos testemunhos transmitidos pelos *Anzacs*, Thomson percebeu que cada um deles construiu suas memórias de forma específica, atribuindo valores diferentes dos acontecimentos. Muitas vezes, essas memórias individuais não correspondiam à memória coletiva da Austrália que atribui papel de heróis aos veteranos da guerra. A partir dessa constatação, Thomson afirma que:

A memória ‘gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências relembradas’, em função das mudanças e dos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, relembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo.

Nossas reminiscências também variam dependendo das alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que me leva a um segundo sentido, mais psicológico da *composição*: a necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver. Esse sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade. Nossa identidade é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossa própria vivência (THOMSON, 1997, p.57).

Percebe-se, portanto, que as memórias individuais são construções, influenciadas pelas experiências pessoais e coletivas. Assim, as lembranças são carregadas de subjetividade. De acordo com Alistair Thomson, nossas reminiscências variam de acordo com as alterações que sofremos em nossa identidade pessoal, fazendo com que sintamos a necessidade de compor um passado com o qual podemos conviver:

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembremos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; que acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido. Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes (THOMSON, 1997, p.57).

Nossas memórias, portanto, são carregadas de subjetividade: as reminiscências pessoais transmitem os significados que atribuímos aos acontecimentos. Muitas vezes essas memórias não condizem com os fatos, mas são úteis aos historiadores na medida em que lhes permitem explorar a relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva, observando as razões pelas quais as pessoas apresentam formas específicas de narrar suas experiências históricas.

O nó górdio do problema apresentado pelos textos situa-se no elo entre tradição e modernidade. Um exemplo concreto disto encontra-se no artigo de Davi Félix Schreiner. Percebe-se na leitura do texto que os vários dilemas que cercam o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) persistem. Um desses dilemas é o constante conflito entre as lideranças do movimento e os assentados. Fica mais evidente quando a liderança quer implantar uma Cooperativa de Produção Agropecuária, coletivizando a terra e o trabalho. No entanto, a maioria dos assentados é contrária a essa ideia. É uma questão cultural. O homem do campo, em sua longa jornada de trabalho e de labuta, ao longo do tempo, sempre primou pelo trabalho familiar, pela sua autonomia de plantar e colher o que melhor lhe convier para suprir as condições sociais e materiais da família (exemplo claro dos faxinalenses). A coletivização priva esta autonomia e a direção do seu destino. Quando o MST propõe a propriedade e o trabalho coletivo, apresenta um modo de vida de que não faz parte da experiência e da trajetória de vida atual daqueles trabalhadores, nem das suas gerações passadas. Aceitar a coletivização, como bem lembrou Schreiner, significa aceitar “ser mandado”. O que na mentalidade do camponês, ao aceitar “ser mandado” é reviver o tempo de exploração e de opressão que sofreu ao longo do tempo. Ao defender a propriedade e o trabalho individual e familiar, reforça a sua resistência contra a noção de exploração que sofre desde antanho.¹

O coletivo, para a cultura camponesa, não é traduzido na socialização da propriedade e do trabalho, mas na solidariedade.² Daí que o “mutirão”,

¹ Evidente que o MST não entende esta questão assim. Para o movimento, a organização coletiva significa liberdade. O movimento também defende uma política de substituição do modelo de produção, representado pelo agronegócio, para modelos alternativos, como a agroecologia. Esse é um problema que os estudiosos do MST ainda precisam enfrentar, sobretudo, os historiadores. Agrônomos e sociólogos têm dado passos mais largos nessas interpretações.

² Antônio Cândido, no clássico *Os parceiros do rio Bonito*, fez instigante análise sobre a rede de solidariedade em comunidades camponesas tradicionais. Veja, sobretudo, o capítulo 4 da primeira parte (CÂNDIDO, 1971).

que é a forma de ajuda mútua dos trabalhadores rurais e camponeses, tem valor imensurável na vida cotidiana do campo. Exemplo que pode ser sintetizado na solidariedade que os faxinalenses estabeleceram entre si, ajudando uns aos outros, quando da escassez de alimentos provocada pela invasão de gafanhotos, que destruíram as plantações daquelas comunidades estudadas por Helio Sochodolak e Regiane Maneira. Ou nas palavras do assentado Waldemar Spieker, trazidas à lume por Davi Félix Schreiner.

Esta relação entre tradição e modernidade é um dilema complexo, ou melhor, esta relação entre “populações tradicionais” e um pretenso “novo paradigma de modernidade”. Não é sem sentido que Benatte, Campigoto e Nascimento entendem tradição como “transmissão” de modos de fazer e dos saberes dominados, que demarca as prerrogativas das populações locais e dos povos tradicionais sobre os conhecimentos produzidos culturalmente. Essa perspectiva de análise permite que os pesquisadores possam ir além daquela noção pejorativa de que as populações tradicionais estão vinculadas à noção de atraso e de subdesenvolvimento (FLEURY; ALMEIDA, 2007).

Embora a modernidade, por definição, sempre tenha se colocado em oposição à tradição, é Anthony Giddens (2012) quem lembra que tradição e “populações tradicionais” ainda são conceitos bem pouco avaliados. E propõe pensar a tradição como um meio organizador da memória coletiva, já que ela é constituída para demonstrar que o passado tem forte influência sobre o presente. Para o exemplo dos textos desta mesa redonda, parece-me coerente estabelecer uma relação entre “populações tradicionais” e “camponeses” que perderam suas terras, pois esta luta constante pela manutenção de seus conhecimentos e experiências do passado (“saberes dominados”) é uma forma de manter as suas identidades. Como frisou Giddens:

Seja pessoal ou coletiva, a identidade pressupõe significado, mas também pressupõe o processo constante de recapitulação e reinterpretação observado anteriormente. A identidade é a criação da constância através do tempo, a verdadeira união do passado com o futuro antecipado. Em todas as sociedades, a manutenção da identidade pessoal e sua conexão com as identidades sociais mais amplas, é um requisito primordial de segurança ontológica (GIDDENS, 2012, p. 100).

A tradição é um elemento de segurança da sociedade, que na visão de Giddens, permite trazer para o mundo moderno, atual, aquilo que já é conhecido, certo e seguro.

Concluindo, registro que em futuros estudos seria interessante pensar as problemáticas levantadas pelos autores desde uma perspectiva da história ambiental, pensando a relação homem/natureza. No caso dos faxinais, isto me parece fundamental, já que a forma de organização da produção (sejam nas formas de plantar ou de criar animais) está estritamente vinculada a uma prática dos faxinalenses de se relacionar com a natureza. A manutenção desta depende da sobrevivência daqueles. Mais, o quanto significado teve os desastres ambientais como as invasões de gafanhotos para aquelas comunidades tradicionais?

No caso dos assentamentos dos trabalhadores sem-terra as questões ambientais e a sustentabilidade social e ecológica estão no cerne do atual debate. E o que os historiadores estão fazendo para promover este debate?³ Não basta apenas pensar esta questão no campo do discurso. No documento final sobre o V Congresso Nacional do MST, “as questões ambientais e a agroecologia” aparecem como o “escopo de um projeto de luta coletiva pela transformação da sociedade brasileira” (MST, 15 jun. 2007). Este é um objetivo moral que traz fortes conotações políticas. Mas me parece que isto

³ Frisei na primeira nota, que os historiadores ainda são tímidos em pensar essas novas formas de organização social e produtiva alternativas, propostas pelos Movimentos de Trabalhadores Rurais Sem- Terra. Devo dizer que em outras áreas do conhecimento há um avanço maior. Um exemplo é a contribuição dos autores que publicam na Revista Brasileira de Agroecologia, que pode ser acessada pelo sítio: <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/>.

não é o suficiente. Como aponta Donald Worster, cabe a nós historiadores, aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, “afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (1991, p. 200).

As pesquisas históricas, com algumas exceções, se concentraram exclusivamente na análise das sociedades humanas, como se a natureza fosse apenas mais um entre tantos fatores presentes na história dos homens. Quase que explicitamente, negava-se a possibilidade de pensar as múltiplas e ricas relações entre os seres humanos e o meio natural, como se elas pouco ou nada tivessem a ver com o desenvolvimento histórico das diferentes sociedades (CASTRO, 2003, p. 2).

Esta tendência de pensar a natureza em oposição ao homem ou a cultura é marcante desde o final do século XVIII. Teixeira da Silva (1997, p. 298) pontuou que, particularmente, o idealismo e o romantismo alemães no século XIX forçaram uma distância absoluta entre natureza e cultura. Tal visão contaminou fortemente a história de forma a estabelecer uma periodização em que ambos os termos aparecessem como pontas opostas de um processo.

Porém, essa visão de distanciamento deve ceder espaço para uma nova compreensão. Essa visão, segundo Teixeira da Silva (1997), deve estabelecer um processo *continuum*, ou seja, as novas abordagens devem privilegiar a natureza como um produto de uma prolongada atividade humana. A incorporação das grandes massas de adensamento humano e seu peso sobre o meio ambiente impõe-se como tema ao historiador.

Nesse sentido, a História Ambiental tem como objetivo compreender e estabelecer a relação do homem com a natureza, problematizando essas relações e suas transformações ao longo do tempo, como também proporcionar conhecimento sobre o nosso atual contexto ambiental.

Por fim, os autores aqui em debate estão de parabéns pelas suas importantes contribuições e que estes estudos possam despertar novas pesquisas futuras.

Referências

- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio Bonito*. 2ª. ed. São Paulo: Duas cidades, 1971.
- CASTRO, Maria Inês M. Reflexões sobre a história ambiental. *Revista Universitas FACE*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 25-44, 2003.
- FLEURY, Lorena C.; ALMEIDA, Jalcione. Populações tradicionais e conservação ambiental: uma contribuição da teoria social. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Cruz Alta/RS, v. 2, n. 3, p. 3-19, 2007.
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. 2ª. ed. São Paulo: Edunesp, 2012.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Carta do V Congresso Nacional*. Brasília, 15 jun. 2007.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-27, dez. 1993.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. 2ªed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- THOMSON, A. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

